



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Birigui
FORO DE BIRIGUI
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
RUA FAUSTINO SEGURA, 214, BIRIGUI-SP - CEP 16200-370
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 17h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0002046-90.2021.8.26.0077**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Vizinhança**
 Requerente: -----
 Requerido: -----
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). VINICIUS NOCETTI CAPARELLI

Vistos.

Dispensado o relatório nos termos do artigo 38 da Lei 9.099/95.

----- ajuizou ação em face de ----- . Requer seja a parte Ré condenada à obrigação de não fazer, consistente em "abstenção de reproduzir som em altura elevada durante o período de trabalho da Requerente (das 12:10h às 20:22h de segunda à sexta-feira); durante o período de descanso (das 22h às 07h em todos os dias, inclusive finais de semana), e ainda, no período em que começará seus estudos de graduação em curso superior em casa (das 7:30h às 12:30h, em dias de semana, a partir de 18/05/2021)".

FUNDAMENTO E DECIDO

Devidamente citada, a parte Ré não apresentou contestação, motivo pelo qual, decreto sua revelia nos termos do artigo 344 do Código de Processo Civil, presumindo verdadeiros os fatos narrados na petição inicial. Friso que a presunção de veracidade recai tão somente sobre os fatos narrados na petição inicial, cabendo ao juízo verificar a incidência do direito alegado.

Neste aspecto, verifico que a parte autora comprovou o fato constitutivo do seu direito, inclusive anexando 16 (dezesseis) mídias que demonstram a veracidade das alegações. As mídias anexadas corroboram as afirmações lançadas na exordial, sendo que ainda é possível verificar que as gravações foram feitas em diversos horários.

Registro, por oportuno, que a medida é excepcional e encontra amparo na proteção ao trabalho e ao sossegado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Birigui
FORO DE BIRIGUI
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
RUA FAUSTINO SEGURA, 214, BIRIGUI-SP - CEP 16200-370
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 17h00min

Com a eclosão da Pandemia COVID-19, que no Brasil passou a gerar reflexos mais contundentes a partir de março de 2020, houve uma necessidade de adaptação das atividades que, antes, eram feitas fora do ambiente doméstico. Cresceram de forma exponencial o *Home Office* e as aulas *on-line*, de modo que a residência das pessoas, local que era desabitado por trabalhadores e estudantes durante a maior parte do dia, passou a ser, além do local de descanso, também o local de exercício da profissão e de estudos.

Essa mudança, além da necessidade de adaptação de quem trabalha e estuda, demanda também a adaptação de familiares e até mesmo vizinhos, que devem estar cientes de que quem está em *Home Office* também está trabalhando, também necessita de silêncio para concentração em suas atividades.

Não se trata de vedar em absoluto o direito ao lazer de familiares e vizinhos, mas de ponderação, de modo a equacionar as necessidades e atender a todos os anseios, sem que qualquer deles seja afastado de forma definitiva.

Abstratamente, tem-se uma possível colisão aparente de normas constitucionais (direito ao trabalho x direito ao lazer).

Robert Alexy, ao discorrer sobre a colisão de normas de amparo constitucional, afirma que “o procedimento para solução de colisões de princípios é a ponderação.” (Teoria dos Direitos Fundamentais. 2 ed. São Paulo: Malheiros, 2014).

Tratando a respeito da ponderação de normas, em brilhante Acórdão proferido no Mandado de Segurança 2073723-23.2020.8.26.0000, julgado pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo, o Relator Des. Evaristo dos Santos asseverou:

"Convém chamar a atenção, seguindo Peter Häberle, que há que se evitar um possível equívoco na compreensão da ponderação de bens: 'É que, ao entender a ponderação de bens como um parâmetro para a determinação dos limites admissíveis dos direitos fundamentais, não significa que os diversos direitos fundamentais estão numa relação de subordinação hierárquica ou de subordinação de uns com os outros'. (Gisele Leite e Denise Heuseler, ob. Cit.).

Aliás, não por acaso, um dos casos mais famosos do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Birigui
FORO DE BIRIGUI
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
RUA FAUSTINO SEGURA, 214, BIRIGUI-SP - CEP 16200-370
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 17h00min

Supremo Tribunal Federal em matéria de ponderação de valores foi de relatoria do Ministro MOREIRA ALVES, quando se balanceou os valores da livre iniciativa e livre concorrência com a defesa do consumidor e da redução das desigualdades sociais na Questão de Ordem na ADI 319, julgada em 3 de março de 1993.

Os direitos fundamentais, por mais importantes que sejam, podem ser objeto de ponderação, ou seja, não são dotados de caráter absoluto. Assim, os direitos fundamentais devem ser submetidos a um juízo de ponderação quando entram em colisão com outros direitos fundamentais (TJSP; Mandado de Segurança Cível 2073723-23.2020.8.26.0000; Relator (a): Evaristo dos Santos; Órgão Julgador: Órgão Especial; Tribunal de Justiça de São Paulo - N/A; Data do Julgamento: 04/06/2020; Data de Registro: 17/06/2020)".

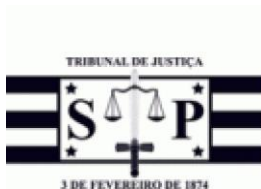
Portanto, o processo de concretização, que no caso também deve passar por um juízo de ponderação, não significa que se estará sacrificando ou simplesmente desconsiderando uma das normas que possui espeque constitucional.

A questão é, em uma situação concreta em que há um choque entre as normas, qual deve prevalecer, qual terá maior "peso" diante das especificidades da realidade fática?

Como adiantado, as peculiaridades do caso demandam maior necessidade, ao menos durante o período excepcional vivenciado durante a Pandemia, de enaltecer o direito ao trabalho e ao sossego, mormente pela falta de escolha das pessoas (ou trabalham de casa, ou simplesmente não trabalham), ao passo que o direito ao lazer segue preservado, porém devendo observar horários (ou locais) que não interfiram no trabalho ou sossego alheios.

Ante o exposto, **CONFIRMO** a decisão de concessão de tutela de urgência de fls. 18-20 e, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, **JULGO PROCEDENTES** os pedidos iniciais e **CONDENO** o réu a abster-se de reproduzir som em altura elevada durante os períodos e horários destacados na inicial, subsistindo a obrigação enquanto a requerente encontrar-se em Home Office e com aulas on-line.

Incabível condenação em custas e honorários advocatícios



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Birigui
FORO DE BIRIGUI
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
RUA FAUSTINO SEGURA, 214, BIRIGUI-SP - CEP 16200-370
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 17h00min

nesta fase.

Ficam as partes cientes, desde logo, que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais e/ou manifestamente protelatórios sujeitará a imposição da multa prevista pelo artigo 1.026, §2º, do Código de Processo Civil.

P.I.

Com o trânsito em julgado e inexistindo outras pendências, archive-se com as cautelas de praxe.

Birigui, 29 de maio de 2021.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**